

"Ata da 4ª Reunião de Análise da Estratégia da equipe de Líderes de planejamento do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Aos 31 dias do mês de maio do ano 2012, no gabinete da presidência do Tribunal de Justiça do Tocantins, ocorreu a reunião dos membros da equipe de líderes, com o fim de promoverem a Análise Estratégica do Planejamento 2010-2014.

Às 10:40 h, a Desembargadora Jacqueline Adorno, Presidente deste Tribunal, declarou aberta a reunião dando ênfase à importância de análise do planejamento "a fim" de serem discutidos e propostas para o futuro.

Destacou a criação de um eixo próprio do Judiciário no Plano Plurianual 2012-2015, bem como orçamento adequado à nova metodologia.

A presidente também destacou a contínua busca do cumprimento da visão e missão do Tribunal através de ações continuadas que contemplam o que está contido no planejamento.

Em seguida Desembargador Marco Villas Boas mencionou a ausência de representante do controle interno. Neste instante, a presidente convocou o mesmo para participar da reunião.

Em seguida o Coordenador de Gestão Estratégica Estatística e Projetos, José Atílio Beber, apresentou os temas a serem deliberados na seguinte ordem: Apresentação dos resultados das Metas do Planejamento no ano de 2011. Foram apresentados os resultados das 44 metas.

O Desembargador Marco Villas Boas, a Desembargadora Ângela Prudente e o Juiz Pedro Nelson teceram comentários a respeito dos resultados das metas 4 e 9 referente a produtividade dos magistrados.

Aprovação da alteração do glossário de Metas do Planejamento Estratégico: Aprovadas alterações nos indicadores 2, 8, 11.

Alterada a meta do indicador 14 - Índice de virtualização dos processos novos, cuja meta passa a ser "Aumentar para 100% o índice de virtualização dos processos novos, até 2014".

Alterada a meta do indicador 16 - Índice de agilidade na publicação dos acórdãos, cuja a meta passa a ser "Publicar 100% dos acórdãos dentro do prazo padrão, até 2014".

Alterada a meta do indicador 27 - Número de pessoas treinadas em mediação e conciliação, cuja a meta passa a ser "Aumentar em 248 o número de pessoas capacitadas em mediação e conciliação".

Alterada a meta do indicador 33 - Índice de capacitação nas competências estratégicas, cuja meta passa a ser "Aumentar para 81% o índice de capacitação nas competências estratégicas, até 2014".

Alterada a meta do indicador 35 - Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação, cuja meta passa a ser "Aplicar 0,90% do valor do orçamento executado em capacitação, até 2014."

Alterada a meta do indicador 37 - Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica, cuja meta passa a ser "Aumentar para 100 % as unidades consideradas seguras até 2014".

Alterada a meta do indicador 22 - Índice de Gestão participativa , cuja meta passa a ser "Realizar 2 (duas) reuniões por ano".

Foram incluídos os indicadores 47 -Aumento do número de Magistrados e Servidores, 48 - Índice de acordos homologados, 49 - índice de gerenciamento dos atos praticados pelas serventias extrajudiciais, 50 - Construção do anexo do Tribunal de Justiça, 51 - Construção de sede própria para 40% das Comarcas com sedes locadas ou cedidas, 52 - índice de conclusão das construções de sede própria de comarcas e

depósito central, 53 - índice conclusão de unidades judiciárias, 54 - Reforma de sedes próprias de Comarcas, 55 - Renovação e ampliação da frota de veículos, 56 - Índice de execução de horas-aulas. Estes indicadores constam também no Plano Plurianual 2012-2015.

Fica suspenso até a próxima RAE a meta de "Atender 100% dos itens do Plano Nacional de Capacitação até 2014", mensurada pelo indicador 34 - índice de atingimento do plano nacional de capacitação. A ESMAT juntamente com a COGES farão estudo desta meta para averiguar sua metodologia de mensuração.

A ESMAT, através de sua diretora Executiva Ana Beatriz, se colocou à disposição no auxílio do cumprimento das metas constantes nos indicadores 7, 9, 11, 12, 13, 16 e 25.

A Desembargadora Ângela mencionou a importância do planejamento também nas varas e Câmaras, destacando o projeto eficiência do CNJ, normatizado pelo capítulo 8 do provimento nº 2/2011 da Corregedoria Geral de Justiça do Tocantins. O servidor Ruto relatou a experiência da implantação e execução dos projetos na vara de execuções criminais de Araguaína e os bons resultados obtidos.

Projetos Estratégicos: Foi apreciada e aprovada, sem alterações, a pauta de alinhamento de escopo dos projetos, atualizando a carteira atual para o total de 19 projetos estratégicos; a pauta dos projetos encerrados; a pauta de ações prioritárias para o andamento dos projetos, com a síntese de andamento de todos os projetos do Planejamento 2010/2014, e o Programa Processos Virtuais.

O servidor Neilimar Monteiro explicou que o escritório de projetos está trabalhando para realinhar os projetos para atingimento da estratégia atual no novo cenário que vive o Tribunal de Justiça, em razão da implantação da virtualização dos processos, conforme proposta Programa Processos Virtuais.

Ficou definido que serão realizadas duas reuniões anuais (R.A.E.) com os líderes e três reuniões anuais com os líderes ampliados.

Às 12:40 h, findas as considerações finais e não havendo mais nada a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião e mandou que lavrasse a presente Ata, para encaminhamento operacional, do que eu, José Atílio Beber, Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos, extraí a presente, à qual segue anexa lista de registro dos líderes presentes e da equipe técnica, e assinada pelo Diretor Geral, Coordenador da Reunião, e pela Presidente deste Tribunal de Justiça."

Atenciosamente,

Palmas, 26 de julho de 2012.

Assinado eletronicamente por José Machado dos Santos em 26/07/2012 13:50  
Diretor Geral

Criado por [352754], versão [2] por [352754] em: 26/07/2012 13:50.